

GENERAL PAZUELLO

Militar e político brasileiro

E o povo como está? Está com o nome Serasa!

O Brasil atravessa um momento marcante em sua história econômica recente. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revelam que o percentual de famílias brasileiras com dívidas ultrapassou a marca de 80%.

O cenário expõe um paradoxo estrutural: mesmo em um ambiente de mercado de trabalho aquecido e crescimento da renda média, o orçamento doméstico continua extremamente pressionado pelo uso contínuo de crédito para custear o consumo cotidiano.

Para entender o fenômeno, é preciso diferenciar o conceito de dívida do conceito de inadimplência.

Famílias endividadadas, refere-se a ter compromissos

financeiros a vencer (como parcelas de cartão de crédito, empréstimo consignado, financiamento de veículos ou imóveis).

Estar endividado não significa, necessariamente, estar com o nome negativado, mas sim comprometer uma fatia do orçamento mensal.

Famílias inadimplentes, são as que têm compromissos financeiros atrasados (que não são pagos no vencimento).

Cerca de 30% dos lares no país registram contas em atraso, e uma parcela significativa dessas famílias relata não ter condições de quitar os débitos no curto prazo.

Com quase um terço do orçamento retido para pagamento de dívidas acumuladas, o poder de compra diminui para outros setores do comércio e serviços, desacelerando a atividade econômica no longo prazo.

O endividamento excessivo traz reflexos diretos na saúde mental dos trabalhadores, associando-se a quadros de estresse, ansiedade e queda de produtividade.

A tentativa de quitar uma dívida cara recorrendo

a novos empréstimos com taxas ainda maiores gera um ciclo contínuo de endividamento do qual a família tem extrema dificuldade de sair sem intervenção ou renegociação estruturada.

Superar o quadro de endividamento recorde exige tanto iniciativas do poder público quanto ações individuais de organização.

Portanto, priorizar a quitação das modalidades de crédito mais caras (cartão de crédito e cheque especial) por meio de portabilidade ou programas de renegociação com desconto, é fundamental.

Outra saída é mapear custos fixos e variáveis, eliminando gastos invisíveis e contendo o uso de novos parcelamentos até que o orçamento volte a ter margem líquida.

Para tentar equilibrar-se nessa gangorra, nunca vista na nossa história, desenvolver a cultura do planejamento e do consumo consciente para evitar que novos ciclos de endividamento voltem a ocorrer.

Como diziam nossos avós: só coloque a mão onde possa alcançar.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

A crise inevitável

O relógio marca e a hora da verdade está chegando para o encontro da economia brasileira com a realidade de seus números. A corrida do governo é no sentido de sustentar a economia com oxigênio até as eleições. Mas, à medida que o quadro vai se definindo, prevalece a tradição do mercado de se antecipar. Nesta disputa, o Brasil não terá como ganhar. A reeleição, mais provável em função da rejeição à família Bolsonaro e suas trapalhadas, pode significar medidas que brigam com as leis básicas da economia numa sociedade livre e capitalista. Vencendo o filho indicado, a flagrante falta de nível, credibilidade e assessoria não permitem se acreditar numa gestão competente

da imensa crise que se avizinha. A alternativa eleitoral do bom senso não parece prosperar na sociedade. Curioso que o Ministro Paulo Guedes, de bons resultados na gestão Bolsonaro, não aparece no noticiário. E Teresa Cristina, outra estrela daquela equipe, fugiu da vice-presidência oferecida. Os Bolsonaros não inspiram confiança.

As mágicas pedaladas, artifícios contábeis, não resistem muito tempo. E existem números decisivos e definitivos. Sair da crise sem poupança interna ou atrair a externa parece difícil. A alta carga fiscal e os juros entre os maiores do mundo também não parecem geradores de ambiente acolhedor ao empreendedor. É pouco provável que tenha eficácia política trabalhista que queira aumentar produtividade e competitividade

de com menos horas trabalhadas. Um esforço para não dar certo!

A falta de investimentos para diminuir o Custo Brasil nos transportes, portos e energia pode pesar negativamente. E também a insegurança que a presença da corrupção proporciona. O Brasil vive uma cleptocracia.

Um choque de abertura econômica, de atração de capitais externos, parece improvável. Urge um plano de gestão da crise para que o sofrido povo não pague uma fatura gerada pela irresponsabilidade de tantos.

O quadro é preocupante e inédito na história recente. O país carece de lideranças empresariais com opinião e articulação política. As diferenças com os EUA e a vizinha Argentina se constituem em outro fator preocupante.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela FGV

O que uma criança não consegue dizer

Não raro, escuto um adulto mencionar a saudade que sente de quando era criança. Quando lembramos da infância, parece que ficam apenas as brincadeiras, a escola e a falta de responsabilidades.

Mas talvez a memória seja generosa demais com a infância. Crianças também têm medo, insegurança, tristeza, solidão. Podem sofrer sem saber explicar o que sentem e, muitas vezes, sem que os adultos ao redor reconheçam aquilo como sofrimento.

Um estudo publicado recentemente na The Lancet Regional Health Americas ajuda a olhar para essa infância que nem sempre aparece nas lembranças dos adultos. Pesquisadores analisaram dados de brasileiros de 5 a 29 anos e estimaram que 12,06% das crianças de 5 a 9 anos têm pelo menos um transtorno mental. A ansiedade é o mais frequente nessa idade, atingindo 5,57% delas, seguida pelo TDAH, com 4,48%. Entre os 10 e os 14 anos, o percentual de crianças e adolescentes com algum transtorno mental sobe para 18,81%. Dos 15 aos 19, chega a 23,58%.

A ansiedade aparece já na infância e permanece no topo ao longo da adolescência, atravessa a maioridade e segue pela juventude até os 29 anos.

Mas por que uma criança sofre com ansiedade? Em tese, ela não carrega as responsabilidades de um adulto. Não precisa pagar contas, manter um emprego ou sustentar uma família.

A lógica adulta nem sempre serve para explicar o sofrimento de uma criança. Medos, conflitos em casa, pressão na escola, rejeição ou insegurança podem assumir uma dimensão muito maior para quem ainda está aprendendo a lidar com o que sente.

O que esses números mostram é que o sofrimen-

to psíquico não começa na maioridade. Mas o nosso olhar sobre ele ainda parece chegar tarde.

O Brasil avançou na proteção de crianças e adolescentes, mas a saúde mental ainda ocupa pouco espaço nesse cuidado. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à saúde, e o país criou políticas específicas para esse período da vida. Ainda assim, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, voltada aos primeiros nove anos, não aborda explicitamente a saúde mental.

Olhar mais cedo não significa transformar qualquer tristeza, medo ou dificuldade em diagnóstico. Criança também fica triste. Adolescente também se irrita. Nem tudo é doença.

O problema é quando isso passa a interferir na rotina, nas relações, no aprendizado, no sono, na vontade de fazer as coisas. E, ainda assim, segue sendo tratado como fase, preguiça, manha ou falta de disciplina.

A escola pode ter um papel importante nisso. Não para transformar professor em psicólogo, mas porque é ali que muitas mudanças aparecem primeiro. Uma criança que se isola, um adolescente que começa a faltar, uma queda brusca no rendimento. Nada disso, isoladamente, fecha diagnóstico algum. Mas pode ser um sinal de que alguma coisa não vai bem.

Os autores do estudo defendem justamente que as portas de entrada para o cuidado sejam ampliadas para além dos serviços tradicionais de saúde. A escola aparece como um desses espaços possíveis. Quanto mais cedo o sofrimento é percebido, maior a chance de evitar que ele se agrave.

Há um dado ainda mais grave. O estudo estima 5.402 mortes por autolesão por ano entre brasileiros de 10 a 29 anos. A partir dos 15, ela aparece como a terceira causa de morte prematura entre todas as causas analisadas.

Christian Kieling, um dos autores do estudo, é en-

fático: “Qualquer número para uma criança em termos de suicídio está acima do que deveria ser aceitável pela sociedade.”

Não é novidade que o Brasil ainda dedica pouca atenção e recursos à saúde mental. O estudo escancara a urgência, a emergência, de políticas públicas capazes de agir antes que o quadro piore.

A atenção básica deveria ser uma das principais portas de entrada para esse cuidado. É onde crianças e adolescentes chegam por diferentes motivos, onde famílias são acompanhadas e onde muitos sinais poderiam ser percebidos cedo. Mas o próprio estudo alerta que manifestações iniciais de desconforto emocional, comuns entre os mais jovens, ainda são frequentemente ignoradas pelos serviços de saúde.

Os CAPS são serviços especializados em saúde mental. Mas o cuidado não deveria começar apenas quando alguém chega até eles. Muitas vezes, os primeiros sinais aparecem antes, numa consulta na unidade básica, numa conversa com a equipe de saúde ou até numa queixa que parece não ter relação direta com saúde mental.

É justamente nesse intervalo, entre os primeiros sinais e a chegada a um CAPS, que muita coisa pode se perder. Um sofrimento ainda difuso pode ser minimizado, confundido com comportamento ou simplesmente não reconhecido como uma questão de saúde. Quando isso acontece, o cuidado começa tarde.

Adultos costumam esperar que crianças expliquem o que sentem com uma clareza que nem nós temos. Nem sempre uma criança vai chegar em casa dizendo que está sofrendo de ansiedade. Ela pode simplesmente não saber dar nome ao que está sentindo.

É justamente quando faltam palavras que os adultos precisam prestar mais atenção aos sinais.